

Morador da Telebrasília vai iniciar construções em julho

E encara com indiferença a recomendação da Promotoria do Meio Ambiente

ANA SÁ

Os moradores do Acampamento da Telebrasília receberam, ontem, com indiferença, a recomendação da Promotoria de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Público, para que o GDF suspenda o processo de regularização do acampamento.

O presidente da Associação dos Moradores, Antônio Alberto, garantiu que os moradores vão iniciar a construção de suas residências no próximo mês. "Mesmo se o GDF paralisar o projeto de urbanização e a demarcação dos lotes", afirmou. O acampamento existe há 40 anos e fica localizado entre a Avenida das Nações e o Lago Paranoá, no final da Asa Sul.

Resistência - A dona-de-casa Maria Machado Meireles, 66 anos, reforça: "Só saio daqui se eles passarem um trator por cima de mim". A anciã, que mora na invasão há 39 anos e foi lá que criou os dois filhos e netos, acha uma injustiça esse tipo de ação contra a regularização do acampamento. "Eles não querem pobre no centro da cidade", critica.

Carla Meireles, 40 anos, filha de Maria, também não abre mão de morar no local. Casada com um engenheiro, o

casal criou, num pequeno barraco, os dois filhos, Danilo, 12 anos, e Kennya, 18 anos. "Eu cheguei muito pequena no acampamento e aprendi a amar esse lugar, apesar de sentir falta de uma casa de verdade e da infra-estrutura necessária a um bairro residencial".

Urbanização - A decisão da Promotoria, em dar um prazo de 60 dias para que o governo desocupe a área do acampamento, chegou no momento em que as 350 famílias estão se habilitando junto ao Instituto de Desenvolvimento Habitacional do DF para receber seus lotes e o governo iniciar o projeto de urbanização do novo assentamento. Os moradores já contam com água, luz, telefone, igrejas e até supermercado.

Pelo projeto de urbanização, o governo vai construir uma escola e até uma praça que será chamada de "Praça da Resistência". Uma forma de lembrar a luta dos moradores pela regularização da área, que tomou fôlego em 1991, com a aprovação pela Câmara Legislativa da lei de autoria do deputado Eurípedes Camargo (PT), que garantiu a fixação das famílias no local. Cerca de 800 famílias viviam no acampamento, à época.

Mais da metade delas foi transferida para o Bairro da Telebrasília, criado pelo

ex-governador Joaquim Roriz no Riacho Fundo, especialmente para recebê-las e resolver o impasse da invasão mais antiga da cidade. E quem resistiu da tentativa de remoção do governo passado está lutando até hoje para permanecer no local.

Segundo o líder dos moradores, a regularização da invasão está respaldada por lei distrital, pelo Relatório de Impacto Ambiental (Rima), o qual considerou que o assentamento não prejudica o meio ambiente, apesar da proximidade com o Lago Paranoá e até por liminar da Justiça, que garante a permanência dessas famílias no local.

Contestação - Beto também contesta a opinião da promotora de Defesa do Meio Ambiente, Eunice Pereira Amorim, de que a regularização do assentamento é ilegal porque Brasília está submetida ao regime de tombamento, que proíbe essa ocupação.

"Quando Brasília foi tombada o acampamento já existia. Essa é uma questão política. Por que essa promotora não manda demolir as mansões que foram construídas às margens do Lago Paranoá e que ficam próximas ao acampamento?", desafia o líder da comunidade.

Objetivo do GDF é a regularização

As 350 famílias residentes na invasão do antigo acampamento da Telebrasília não serão retiradas do local. Pelo menos se depender da vontade do GDF, que pretende regularizar, em breve, a ocupação. "O problema do acampamento da Telebrasília já está resolvido", sentenciou o governador Cristovam Buarque.

O governo pretende resolver o impasse com a Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Público e Social, que não quer a regularização da área por considerá-la ilegal, "conversando". Recomendação expedida na sexta-feira pela promotora atesta que a invasão está situada em área pública tombada como Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade.

"Não tem sentido retirar as pessoas que estão ali há 40 anos. Se não incomodaram ninguém até hoje, não é legítimo que agora não possam permanecer no local", disse o presidente do IPDF, Luiz Philippe Torelly. "O que o GDF vai fazer é a política de convencimento", assinala.